

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Dimensões e sobrevivências de um pensamento em educação em territórios africanos e afrobrasileiros*. In: LIMA, SILVEIRA (Orgs). *Negros, Territórios e Educação*. Florianópolis: Atilénde. N.7, Núcleo de Estudos Negros/NEM, 2000. (Série Pensamento Negro em Educação).

SOARES, Emanuel Luís Roque. *As vinte e uma faces de exu na filosofia afrodescendente da educação* [manuscrito]: imagens, discursos e narrativas. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza (CE), 01/07/2008.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: Por um conceito de cultura no Brasil*. — Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 3. Ed.

## QUILOMBO DE ALTO ALEGRE COMO PARTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS

*Marlene Pereira dos Santos*

Mestranda em Educação Brasileira  
Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira — FAGED — UFC  
E-mail: marpdosantos@gmail.com

### Introdução

A pesquisa em curso tem como objetivo o estudo da história da comunidade de remanescente de quilombo de Alto Alegre no período entre 1950 e 2000, focalizando sobretudo a produção material e imaterial realizada. O trabalho de pesquisa tem como base a história oral e a memória coletiva de comunidades negras. Localizada na cidade de Horizonte distante 50 km da capital do estado do Ceará, Fortaleza, essa comunidade negra rural é conhecida nesta região desde pelo menos os anos de 1920 onde aparecem as primeiras notícias da sua existência. A população vivia basicamente do trabalho na agricultura, no presente apresenta empregos urbanos e industriais. Esta comunidade de quilombo está em processo de titulação das terras pelo INCRA, tendo sido reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Governo Federal e tem a sua organização como Associação Quilombola desde 2003. O quilombo de Alto Alegre apresenta uma organização espacial de um bairro rural possuindo mais de 400 famílias, alguns estabelecimentos de negócios, igrejas e instalações

da associação comunitária. Com a construção de estradas e obras dos canais do Trabalhador e da Integração a comunidade perdeu muitas terras e ficou restrita a um espaço insuficiente para a economia rural produtiva. Está também situada distante de apenas 5 quilômetros do centro do município, não apresenta problemas de disputas de terras e nem perfil de secas importantes. Existem na mesma região, em municípios vizinhos, outras comunidades semelhantes. Como também existem outras comunidades rurais não identificadas como comunidades negras, que embora com diferenças significativas apresentam indicativos que poderiam ser consideradas como comunidades de remanescentes de quilombo, mas em face do imaginário local são referidas como comunidades indígenas ou mesmo como apenas de pescadores, caiçaras, sertanejos e caboclos.

A existência de uma comunidade rural negra cujo contorno até a década de 1970 permaneceu bastante fechada sobre si mesma havendo um número reduzido de casamentos fora do círculo comunitário suscita diversas interrogações sociais. Estando relativamente perto do centro da cidade como permaneceu aparentemente tão relativamente isolada de convívio mais amplo com a sociedade local? Quais os modos de vida e de produção realizados? Entretanto dentre as várias questões possíveis uma é relativo a caracterização como comunidade de quilombo e a inserção desta dentro dos movimentos sociais da população negra do Ceará. Pensando neste último questionamento relativo aos movimentos sociais negros é que este artigo examina o marco conceitual que defi-

ne as comunidades de quilombos e abre a perspectiva de um movimento social específico e diferenciados de outros movimentos rurais.

O Ceará é um estado que construiu uma forte resistência da população a se definir como negros ou descendentes de negros. Mesmo com o censo demográfico do IBGE indicado um alto índice de pardos, permanecem as declarações de que no Ceará não tem negros. O fato de acreditarem de forma ideológica que no Ceará não tem negro implica que não teríamos cultura negra e nem comunidades de remanescentes de quilombos. Este artigo discute os indicadores históricos culturais da presença de populações negras no estado. Depois aborda o conceito de quilombo fazendo uma revisão do avanço do conceito. Em seguida examina os conceitos de território, junto com um estudo de patrimônio cultural. E por último o quilombo na atualidade como reivindicação por políticas públicas do estado em razão dos direitos adquiridos na constituição de 1988.

No estado do Ceará, campo da educação existe forte rejeição aos temas de interesse da população negra e à sua especificidade. A tendência geral é de universalização e generalização desta população como população trabalhadora, população pobre, ou classes populares, invisibilizando as problemáticas do racismo anti-negro e da cultura de base africana, denominada como cultura negra. Os conceitos de identidade da população negra são bastante rejeitados, sendo um diálogo difícil e pouco realizado, tanto nas áreas de difusão da cultura como de pesquisa acadêmica. Existindo hoje uma

forte tendência de crítica aos estudos sobre identidade negra e mesmo da existência de identidade étnica em comunidade negras tradicionais.

As definições sobre a existência de comunidades de quilombos no Ceará enfrentam problemas teóricos e práticos com relação a percepção do ser negro e da existência de especificidades sobre esta negritude no estado do Ceará. Mas área de estudos dos movimentos sociais e dos novos movimentos sociais é bastante estudado os movimentos de trabalhadores e os de inclusão social, sendo, no entanto os movimentos negros um problema a parte devido uma série de fatores. Primeiro a população negra constitui uma história do Brasil um grupo social que sofreu o escravismo criminoso, vem de uma sociedade que a entrada no capitalismo aconteceu diferente das sociedades europeias, sendo que as teorias da transição são europeias, desconsiderando a particularidade brasileira de existência da população negra como sinônimo de escravizados e esta como sinônimo de trabalho. Trabalho no Brasil até a república era trabalho escravizando, trabalho de negros. Como a abolição e entrada na sociedade do trabalho livre, funcionando as relações capitalistas com as peculiaridades de herança escravista. O capitalismo no Brasil inclui a existência de racismo anti-negro na constituição das classes sociais. Sendo nos embates sociais a população negra fundou movimentos sociais, que são distintos dos movimentos sociais da década de 1970 em diante e de onde provem a percepção teórica de movimentos sociais no Brasil. Os quilombos também são movimentos sociais rurais que não encontram facilidade

de classificação em face das teorias sobre lutas de classe e movimentos sociais na sociedade brasileira. No entanto eles existem com realidade concreta. As definições de movimentos sociais fogem a realidade da constatação desses movimentos da história do Brasil. Dentro dos programas das lutas sociais estudadas pelas definições de movimentos sociais aparecem como fundamento a oposição de capital e trabalho, patrões e empregados, no meio rural como as bandeiras do MST, um tema muito comum no programa de pós-graduação em educação da UFC, sem contanto considerações sobre as comunidades negras rurais ou sobre as comunidades de quilombos, ficando a aparência da inexistência das mesmas. Sendo que nesta pesquisa e neste artigo este um dos aspectos tratados. Esta polemica dos conteúdos teóricos sobre as comunidades de quilombo foi inicialmente levando por nós no âmbito da disciplina de movimentos sociais de maioria negra do programa de pós-graduação em educação brasileira da UFC.

### **As Idas ao Quilombo de Alto Alegre e a Descoberta do Tema de Mestrado**

Devido à minha pesquisa de final de curso eu já tinha muito ouvido falar sobre os quilombos no Ceará e sobre a existência do Quilombo de Alto Alegre. Nasce daí a curiosidade e o interesse por esta comunidade.

Em 2008 finalmente é chegado o dia de conhecer o quilombo de Alto Alegre, pois fui convidada para ir a uma reunião que aconteceria em uma escola de Horizonte, fiquei

sabendo que seria reunião com representantes do INCRA e representantes das comunidades quilombolas, esta discussão se dava naquela localidade por ser, este um quilombo que já está á frente em relação aos outros quilombos.

Eu fui à reunião em face do meu grande interesse em realizar uma pesquisa sobre educação dos afrodescendentes e o papel ou participação das crianças nas festas, e o quilombo de Alto Alegre me despertou por demais pelas atividades, as quais eu assisti, porque estava pesquisando no município de Maracanaú e após visitar dez escolas vejo que quase nada se fazia para a implantação da lei 10.639, ou melhor, quase ninguém sabia que lei é essa. Enquanto no município de Horizonte já havia acontecido até uma formação para os professores (as) do município.

O professor Henrique Cunha Junior, do programa de pós-graduação em educação brasileira, sabendo do meu interesse de pesquisa me convida a ir a Alto Alegre, sendo que também leva o professor Francisco Alencar, este antropólogo, ex-professor da UFC que morou como exilado político muito tempo no exterior, que á trinta anos atrás realizou uma pesquisa nesta localidade, onde buscava comunidades indígenas e por um acaso encontrou esta comunidade negra rural, definida atualmente como quilombola.

Durante a viagem, o professor Alencar faz uma narrativa saudosa do seu encontro com os quilombolas, do que viu num pequeno povoados de negros, que o recebeu de forma tão amigável. Ali ele e seu grupo de pesquisa ficaram, só depois indo a busca dos índios. Então participar destas saudosas

memórias me ao projeto de adentra neste cenário histórico porque me transporta para minhas firmes raízes negras.

O professor Alencar ficou muito emocionado em retornar ao quilombo, ser reconhecido pela filha de um morador antigo que o recebeu no passado, e com quem teve longas conversas que deu base e corpo para os seus resultados de pesquisa; assim quero eu a partir do passado conhecer e entender o presente, e entrelaçá-los, unindo passado e presente para pensar o futuro, ou a futura história de um povo que resistiu através do tempo em busca de sua velha nova história. História de negro que é moreno, mulato, marrom, prado, porém já começa a ver negro; negro e negra lindos, inteligentes e que não só faz parte da história, como também faz a história. Percebo que foram instalados espelhos para ajudar esta e outras comunidades quilombolas ver e refletir-se enquanto negros e negras descendentes de africanos, que lhes foi negado o direito a educação formal, a terras para habitarem, que todas estas questões desde período escravista os fez lutar para viver e vive para lutar, em busca de dignidade, assim nestas idas e vindas em busca da minha negritude, pelos quilombos da vida, me encontro no quilombo de Alto Alegre assistindo os fazer movimentos culturais sociais através de reunião para discutir como a lei pode lhes garantir a posse de suas terras, também mostra a ineficiência do processo de reconhecer e certificar os quilombos, pois falta antropólogo, ainda falta os quilombolas se reconhecerem enquanto quilombolas ou remanescentes de quilombos.

Estas passagens pelo o município de Horizonte foram ensaios para hoje ter um projeto de pesquisa de mestrado com

o intento de adentrar na história e memória de Alto Alegre partindo de 1950 á 2000, aquecendo-me para mergulhar no túnel do tempo, fui ao quilombo no início do mês de julho de 2010, onde fiz um rápido passeio por algumas ruas, indo até a escola local, uma escola de educação infantil; estava tendo aula de percussão, ensaiava-se um hino á São Benedito, santo negro que se tornou padroeiro da comunidade quilombola, segundo me informou a professora Leuda, esta é professora e moradora da comunidade. Continuando nosso bate-papo pergunto como tiveram conhecimento da lei 10.639/03, como e porque começaram a trabalhar na escola com crianças um estudo volta para suas manifestações culturais como: maculelê, capoeira, contos afro-brasileiros, música, assim se encontrando enquanto negros (as). Ela responde que as palestra as quais ouviu com o professor Henrique Cunha, foi que as motivou e ensinou sobre a lei e a importância de valorizar as vivências do quilombo.

### **O Problema da Definição de Quilombo**

Os estudos sobre quilombos tiveram crescimento significativo depois de 1959 com o lançamento do clássico de Clovis Moura, *Rebeliões na senzala* (MOURA, 1959). Rompendo com a denominação vinda da época da escravidão de reunião de negros fugidos os quilombos passam a serem vistos como sucesso das lutas contra a escravidão. Foram re-significados pelos movimentos negros como espaços de resistência e luta contra a opressão do escravismo. Para os movimentos negros

os quilombos eram uma realidade social que permanecia desconsiderada pelo estado brasileiro e pela cultura nacional. Como destaca Cunha Junior (1996, p.11) os termos relativos a Zumbi e Palmares tornaram-se no presente formas vivas da história brasileira, negra e popular e foram inspiradoras da luta política baseada na dignidade humana.

Na constituinte de 1988, as ações dos movimentos negros levaram aos quilombos terem um lugar próprio na estrutura da nação como comunidades tradicionais e como cultura particular (JESUS, 2000, p.41). Os quilombos passaram a ter um estatuto especial que permitia a organização de um movimento social de quilombolas pelo direito as terras e as políticas públicas.

A existência de comunidades de quilombo na Constituição levou a necessidade do reconhecimento destas comunidades e da titulação de suas terras como também da elaboração de políticas públicas de proteção e desenvolvimento destas comunidades. Estas necessidades de titulação e elaboração de políticas públicas tornou o conceito de quilombo uma parte das lutas políticas dos movimentos sociais e dos movimentos negros. As oposições as estes direitos realizados por posseiros, grileiros e grandes proprietários de terras produziram forma de descaracterização das comunidades e de questionamento. Os quilombos uma definidos como comunidades tradicionais seriam facilmente reconhecido pela sua cultura de base africana. As igrejas católicas e evangélicas foram muito fomentadas nestes territórios talvez como estratégia de descaracterização, produzindo então o desaparecimento das culturas de base

africanas. Uma realidade presente nos quilombos que tenho visitado no Ceará, em Novo Oriente e na região de Fortaleza é o desaparecimento recente das danças tradicionais. Assim os elementos da cultura não seriam possíveis para definição das comunidades de quilombo do Ceará.

Para definição de comunidade ou remanescente de quilombos são importantes os dados de território, identidade negra e história de permanência de longo tempo nesta localidade. Os territórios para a definição das comunidades de quilombo pode ser retirada dos enfoques dados por Santos (1996) para espaço geográfico e território.

Desta maneira, com a produção humana há a produção do espaço. O trabalho manual foi sendo relegado a segundo plano e a maquinaria foi sendo cada vez mais usada até chegar a automação. A produção do espaço é resultado da ação do homem agindo sobre o próprio espaço, através de objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o também faz parte do rol das forças produtivas. (p. 64).

Na relação entre os seres humanos e a natureza existe uma relação que é cultural, política e técnica, assim o espaço geográfico é um espaço historicamente construído.

O território ganha sua importância na definição de configuração territorial. A configuração territorial é para Milton Santos (1996) é uma totalidade que articula o espaço geográfico a um conjunto da sociedade. O território tem valor econômico não apenas pelas suas partes mas pelo todo da sociedade que classifica, o torna institucional e atribui a ele valor social

e econômico. A definição de identidade sofre na atualidade muitos ataques. Visto que a identidade tem determinado a existência de grupos sociais diferenciados e com direitos sociais diferenciados. A identidade coletiva e individual como tratou Ciampa (2002, p.134) é um problema político e de direitos sociais.

A questão das políticas de identidade de grupo envolve a discussão sobre a autonomia (ou não), que se transforma para os indivíduos em indagações sociais sobre a autenticidade (ou não) de identidades políticas, talvez refletindo duas visões opostas, dependendo de se colocar a ênfase na igualdade — uma sociedade centrada no estado — ou na liberdade — uma sociedade composta por indivíduos.

Desde o advento das Nações Unidas e da declaração dos direitos humanos a confirmação da identidade de um povo funciona com instrumento do direito de autonomia deste povo (NAÇOES UNIDAS). Mesmo os direitos sociais das populações negras têm sido postos em discussão ou em contestação quando se afirma não existirem no cotidiano da sociedade identidades negras brasileiras. Questionarem que é negro, o que é o negro, significa a dificuldade de reconhecimento da identidade negra (SANTOS, 2010).

A identidade tem sido discutida ao longo da história do conhecimento humano por diversas correntes de pensamento. Uma delas é a corrente da psicologia social em particular pela psicologia sócio histórica (SILVA, 2000), (CIAMPA, 2002). A identidade tem a ver como o psiquismo humano e com as formas de vida através da história e da formação da sociedade.

de. A identidade implica na fixação do indivíduo e dos grupos de indivíduos ao meio físico. Silva ressalta a importância das relações de poder, de cultura e das relações sociais na formação da identidade, na sua fixação ou na sua desestabilização. No presente temos os movimentos contrários as comunidades de quilombo forçando a desestabilização da identidade quilombola pela sua desestabilização. Os argumentos sobre a mestiçagem também são forma de contestação da existência da identidade quilombola. Na fixação da identidade social do grupo Silva (2000, p 85) afirma que: “é necessário criar laços imaginários que permitam ligar pessoas que sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum sentimento de terem qualquer coisa em comum”.

Não se trata apenas, portanto de uma convivência em uma sociedade, mas do estabelecimento de laços comuns. Dentre estes laços a própria luta elaborada como movimento social reforça os laços de identidade. No caso dos quilombos a identidade é reconhecida, sobretudo pelo apelo a história oral pela via da memória coletiva (SANTOS, 2010). Outra forma de abordar a identidade e sua formação é através do reconhecimento do patrimônio histórico e cultural. O patrimônio histórico e o direito ao reconhecimento desta leva ao reconhecimento das identidades individual e coletiva.

Podemos pensar em definir comunidades de quilombo e remanescente de quilombo como um território de identidade coletiva de uma população afrodescendentes demarcada pela história social desta comunidade. Sendo que os laços da identidade são descritos pela memória coletiva e pelas trans-

formações da cultura do grupo social. Para tal podemos fazer uso tanto da definição de patrimônio cultural como da história social em comum destas comunidades. Desta maneira a identificação e reconhecimento das comunidades de quilombos poderia ter forte apelo a história coletiva e ao reconhecimento pelos membros dos laços de identidade e de uso comum do território.

Quilombos e comunidades de quilombos ou de remanescentes de quilombos são movimentos sociais rurais que se enquadram na nomenclatura dos movimentos sociais dos anos de 1980. Embora já existentes desde épocas muito anteriores estes movimentos sociais somente recebem visibilidade com a constituinte dentro da ótica dos movimentos negros. Podemos em vista da teoria de movimentos sociais classificá-los como movimentos sociais rurais pela luta pela terra (LEITE, 2004, página 83).

### **Quadro Teórico para Pensar a Comunidade de Quilombo de Alto Alegre**

Um quadro teórico para estudo das comunidades de quilombo no Ceará, envolvendo a etnicidade, a territorialidade e a memória social podem ser estabelecidas dentro da perspectiva de movimentos sociais em função da luta pela terra. A luta pela posse de terra e pela condição digna de exploração dessa terra apresenta muitos episódios e faces da história brasileira, sendo o quilombo e o remanescente de quilombo uma delas. A luta da população negra rurais pela

dignidade e respeito humana associada à posse de terra constituiu um marco histórico oficial na constituição de 1988 com o reconhecimento do direito das comunidades de quilombo. Faz parte importante dos movimentos sociais da população negra neste século passado (BERNARDO, 1998), (AZEVEDO, 1985), (MELLO, 1999). São comunidades de posseiros que no enfrentamento com as fronteiras econômicas em expansão necessita do título de posse da terra. Todas as comunidades negras rurais em luta pelo o reconhecimento dos seus direitos a posse de terra ficaram reféns do título de remanescentes de quilombos. As comunidades negras de posseiros rurais de Alto Alegre da mesma forma. Reunidos numa associação de comunidades de remanescente de quilombos de Alto Alegre reclamam do direito à terra pelo tempo de permanência nesta localidade e pelo desenvolvimento de uma cultura de subsistência ligada aos recursos naturais desta terra.

Estima-se que os habitantes de Alto Alegre devem estar aí aproximadamente há cem anos, fatos que vamos procurar estudar através de documentos institucionais, como: certidões das igrejas, certidões do estado, registros de viajantes e documentos da municipalidade do INCRA e do IBGE. Entretanto a origem, formação e situação distintas destes grupos permite ressignificar a terra conforme diversas experiências e processos históricos. Compreender estes processos no centro das questões da necessidade da história de cada remanescente de quilombo. O território comum, a utilização da terra comum deu significado à idéia de remanescente de quilombo. Os conceitos de etnicidade (AZEVEDO / CASTRO, 1998) e territorialidade

(SANTOS, 1996), (SANTOS, 2005) são necessários para tratar-mos as comunidades de negros rurais. Vamos para efeitos de referencial teórico desse trabalho recuperar conceitos de trabalho como: “A etnia negra é consequência da história e não da cor da pele. Se constitui através das dicotomias de tratamento social que perduram mesmo depois da abolição no tratamento pejorativo e desqualificante”. (SANTOS, 2010, p.6).

O conflito social condiciona o sentido da etnicidade e a territorialidade dos grupos negros. A etnicidade abriga também os conceitos antropológicos de cultura de quilombo. Ou seja, as práticas culturais desse grupo dentro de um território. As realizações que constituem o patrimônio material e imaterial dessa população negra rural. O território compreendido como uma construção social na visão de Milton Santos (1996), Conceição Evaristo, em *Becos da Memória* (2006) nos fala de uma narrativa social de negros que constitui uma forma própria de oralidade acentuada na cultura desse grupo social. Nós vamos estar atentos a esta forma de narrativa. São narrativas de grupos que fatos corriqueiros transforma-se em narrativas de contadores de casos.

Os núcleos negros de Alto Alegre como o município de Horizonte passaram pela mudança de uma região notadamente agrícola, para no presente um município industrial, com atividades agrícolas de menor importância econômica. A pesquisa a ser realizada pretende utiliza a história oral como registro da memória social da população pertencente a segmentos marginalizados que não tem o poder de “fala escrita institucional”. Embora a alfabetização formal universalizada

seja quase um fato o uso da escrita para fazer a história é privilégio de poucos, assim usaremos a história oral da forma de Michael Pollak (1989). Precisamos trazer neste estudo as vozes de grupos marginalizados. Trata-se de necessidade de ruptura do silêncio e do esquecimento e dar vazão através da escrita do que foi reprimido; pretendemos neste sentido resolver o conflito provocado pelo afloramento das memórias subterrâneas e trazendo-as para o palco da história. Vamos estimular e registrar as lembranças, mas também procuramos os significados e porquês dos esquecimentos e dos silêncios.

### Quilombo como Movimento de Reivindicação

Movimentos sociais e novos movimentos sociais são encontrados na literatura de sociologia como movimentos urbanos (GOHN, 1991), (GOHN, 1995), (JACOBI, 1989) e velhos movimentos sociais ligados a proletariado e as lutas operárias da industrialização. A perda da centralidade do velho movimento operário tornou visível com o surgimento de um conjunto de outros movimentos com reivindicações não-materiais, discutindo as identidades profissionais e as formas de vida nas cidades. Foram movimentos ligados às lutas por creches, por escola pública, por moradia, transporte, saúde, saneamento básico. Os movimentos populares urbanos foram impulsionados pelas Sociedades Amigos de Bairro — SABS — e pelas Comunidades Eclesiais de Base — CEBs. Nos anos 1960 e 1970. Para definição de movimentos sociais a idéia fundamental que passa nas análises é a lutas de classes, vol-

tadas para a sociedade de trabalhadores fabris e de proprietários das fabricas, tendo o estado como mediador dos conflitos. O que teria determinado o aparecimento dos movimentos sociais seriam as mudanças da história. A ampliação do capitalismo o aparecimento de cidades e a existência de um novo capitalismo caracterizado pela sociedade de massas. De forma breve e esquemática assim teria sido pensado a existências dos movimentos sociais que a literatura especialidade fala.

Para caracterização dos novos movimentos sociais teríamos também acontecidos como consequência das mudanças do capitalismo, do capitalismo fabril, de empresas nacionais, surge um capitalismo financeiro, como a ampliação dos meios de produção automatizados e da globalização dos interesses. Existindo sobre tudo a existência de um setor de comercialização e de serviços, produzindo grupos de trabalhadores menos uniformes e de interesses variados. Como consequência da mudança da história estaria mudando os grupos de pressão na sociedade. Agora não apenas de trabalhadores, mas também de desempregados e de trabalhadores temporários não assalariados.

Nesta forma como eu tenho entendido a literatura os movimentos sociais e novos movimentos sociais são consequência das mudanças do capitalismo. Existe na literatura uma ênfase em distanciar os protestos dos movimentos sociais pelas carências da população e colocá-los na área das lutas de classes. Neste sentido a professora Gohn disse: “Não bastam as carências, pois, se assim fosse, já deveria Ter ocorrido uma revolução no Nordeste brasileiro [...] As lutas se agravam a

partir da articulação de carências e setores organizados, mobilizados, que “puxam” as lutas”.(GOHN,1991, p.57)

Embora existam varias versões muitas formas de movimentos sociais as definições sempre procuram o enfoque de períodos históricos e rupturas ou crises no modo de produção capitalista para explicar os movimentos. Assim fica difícil a caracterização dos quilombos dentro da noção de movimentos sociais ou de novos movimentos sociais.

Mesmo vendo a literatura que traduz os conflitos nas áreas rurais também temos como uma consequência do avanço do capitalismo no campo. Como uma fatalidade dos conflitos no campo do trabalho agrário é que surgem os movimentos de luta pela terra, ou de implantação da reforma agrária. A história das lutas no campo varia quanto a registro do seu inicio. Talvez a Guerra de Canudos tenha sido visto como o marco das lutas capitalistas nas zonas rurais. Fato é que a lutas capitalista no campo tem historia depois dos anos de 1940. Sendo o seu primeiro grande feito as lutas Ligas Camponesas que tiveram sua origem no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco. Sendo a primeira Liga foi criada, em 1955 e de desta expandido pelo nordeste. Nos movimentos sociais rurais se destaca deste 1990, o MST e as ONGs com suas ações coletivas que denunciam a concentração de terra, a depredação ambiental e a poluição dos rios e oceanos (lixo doméstico, acidentes com navios petroleiros, lixo industrial) (RICCI, 1999). No entanto as lutas no campo ficam restritas as lutas de trabalhadores oprimidos como os patrões opressores.

Estando também marcada pela historia do capitalismo pela existência de produção.

Os conceitos de movimentos sociais e de novos movimentos sociais, como também os das lutas camponesas ou lutas pela terra não contemplam os movimentos de quilombolas que tem origens em terras que não estavam no círculos da produção e que puderam ser ocupadas durantes longos períodos sem conflitos ou com conflitos não determinados pela produção agrária, mas sim pela permanência das populações negras em áreas de novos interesses econômicos. A luta pela posse de terra é nos quilombos um fato dos últimos 40 ou 0 anos. Sendo os quilombos quase sempre uma comunidade existente a bem mais tempo. Os quilombos e a lutas pela posse da terra esta ligado a economia de subsistências e não tem o marco da luta pela produção capitalista. O marco de camponeses ou de trabalhadores rurais não define as comunidades de quilombo.

As lutas das comunidades de quilombo são definidas pelo tipo de comunidade tradicional, implicando numa identidade de comunidade negra rural e direito a posse pela terra pelo seu uso capião. Muitas das comunidades de quilombo tiveram a problemática da luta pela posse da terra no momento que a constituição brasileira de 1988 reconheceu este direito. Daí em diante as terras ocupadas pelas populações de quilombos foram motivo de conflitos com posseiros, como outros camponeses e migrantes rurais e com os grandes proprietários e invasores. As lutas entre empregados e patrões não eram características das lutas de comunidades de quilombo, embora também possam estar presentes, como é caso em Alto

Alegre, mas não é uma característica das lutas dos quilombos. Então a ligação mais forte do quilombo com a teoria de movimentos sociais está presente sobretudo com relação à luta pela terra e a luta contra o racismo como parte dos movimentos negros na atualidade.

### Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Hucitec, 1992

ACEVEDO, Rosa./ CASTRO, Edna. *Negros dos trombetas. Guardiães de matas e rios*. Belém: Cejup/UFPA, 1998.

ALMEIDA, R. A e PAULINO, E. T; *Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações*. Revista de Geografia, Londrina, v.9, n.2, p. 113-127, jul./dez.2000.

ANJOS, R. S. A. *Quilombos. Geografia Africana, Cartografia Étnica Territórios tradicionais*. Brasília: Mapas Editora e consultoria, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria de. *O negro no imaginário das elites*. Campinas: Dissertação de mestrado em historia. UNICAMP, 1985.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Juazeiro do Padre Cícero. A Terra da mãe de deus*. Fortaleza: Editora do IMEP, 2008.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERNARDO, Teresinha. *Memórias em branco e negro. Olhares sobre São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

CIAMPA, Antonio da Costa. *Políticas das identidades e identidades políticas*. In: Bunker / Passos/ (org.) *Uma psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo: Edicon, 2002. p.133-144.

CUNHA JUNIOR, Henrique. *Para a história da educação dos afrodescendentes*. IN: *Anais do Historia e Memória*. Fortaleza: Editora do UFC. 2008.

EVARISTO, Conceição. *Beco da Memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

GOHN Maria da Gloria. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros*. São Paulo, Ed. Loyola, 1995.

GOHN, M. G. *Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Manifestações concretas*. In: \_\_\_\_ *Movimentos Sociais e Luta pela Moradia*. São Paulo: Loyolo, 1991. p. 53-68.

Hucitec, 1992.

JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo, Cortez, 1989.

JESUS, Ilma Fátima de. *Educação, gênero e etnia em territórios negros*. Florianópolis: Serie Pensamento negro em educação. Numero 7, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do testamento. A comunidade de casca em Perícia*. Porto alegre: Editora da UFGS. 2004. Pp,83.

Medeiros, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989. p. 70.

MELLO, Marina Pereira de Almeida. O ressurgir das cinzas. Negros Paulistas no pós — abolição. Identidade e alteridade da imprensa negra paulistana 1915-1923. São Paulo: Dissertação de mestrado em historia. USP, 1999.

MOURA, Clovis. *Rebeliões na senzala. Quilombos, insurreições, guerrilha*. São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1981.

RATTS, Alex. *Traços étnicos: Espacialidades e culturas negras e indígenas*. Fortaleza: Museo do Ceará. 2009.

RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

SANTOS, Marlene Pereira dos. *Incursões sobre a memória e a historia das comunidades de quilombos de Alto Alegre*. Projeto de pesquisa de mestrado. 2010.

\_\_\_\_\_. *Festas, danças e histórias de terreiro em Fortaleza*. Fortaleza: Monografia de Especialização — IFET- CE, 2010.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Tomas Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. IN: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

## RACIONALIDADE E GESTÃO EM ESCOLAS CONFSSIONAIS CATÓLICAS: REFLEXÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

*Meire Fava*

Universidade Positivo

E-mail: meirefava@gmail.com

*Rene Eugenio Seifert*

Universidade Positivo

E-mail: r.e.seifert@gmail.com

### Introdução

A ingenuidade tem sido o fator fundamental do sucesso prático de uma organização no mundo capitalista (RAMOS, 1989). Nesse contexto, priorizam-se os aspectos materiais da existência, nutre-se o consumismo exagerado e abandonam-se valores fundamentais da existência humana, como a espiritualidade, a solidariedade e o bem comum. Inevitavelmente, isso estabelece uma tensão para organizações empresariais gerenciadas por grupos religiosos, principalmente no que diz respeito ao cumprimento de sua missão, tipicamente voltadas para o bem comum.

A educação confessional católica insere-se nesse contexto. Historicamente, educadores católicos exerceram influência fundamental na evolução dinâmica da educação brasileira. “Não se pode falar em educação sem se mencionar o trabalho das ordens religiosas católicas” (CNBB, 2005, p. 24). Não por menos, tais organizações de fé atuam em um espaço baseado na competitividade do mercado (PERCY, 2010). Nes-